

ESTUDANTES PELO COMUNISMO

20 ABRIL 76

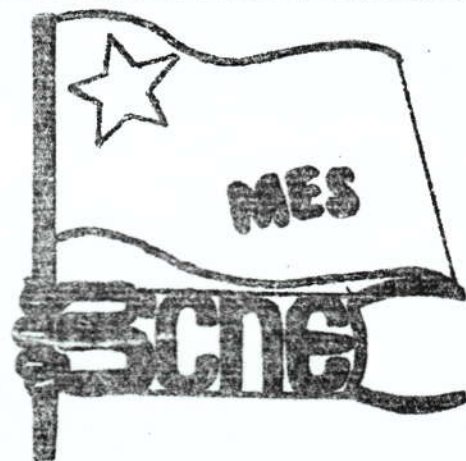
2


ANOS DE LUTA

20 ABRIL 78

ANOS DE ORGANIZAÇÃO

III CONFERÊNCIA NACIONAL



CADERNO  ENSINO

SECUNDÁRIO

BASES PARA O
PROGRAMA DE LUTA

BOLETIM INTERNO DO SECTOR ESTUDANTIL

Comissão Permanente da COORDENADORA
NACIONAL

PREÇO: 2.50 em 20.4.78 em

Nº 19 em ANO III



SOBRE A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Embora vejamos a ter oportunidade para nos debruçarmos mais pormenorizadamente sobre os principais problemas do sector estudantil e conseqüentemente retirarmos as suas principais conclusões, não será aqui a particularização da questão do secundário, nalguns dos seus aspectos, uma reflexão estéril.

Na realidade e em termos da definição da nossa linha para o trabalho político nas escolas do Ensino Secundário, duas opções estão à nossa frente:

- ou definir novamente um conjunto de objectivos gerais que por mais correctos que sejam não assentam quer na sua elaboração quer na sua caracterização nas estruturas partidárias ligadas a este campo específico da nosso trabalho;

- ou iniciar um intenso debate que conduza as estruturas partidárias ligadas ao secundário, a uma renovada intervenção de massas, suportada por uma correcta e completa linha de trabalho e por uma capacidade organizativa mais forte.

Posto isto e atendendo aos recuos políticos e também organizativos que vieram agravar ainda mais uma debilidade constante no trabalho global do sector estudantil, não poderemos deixar de enveredar pela segunda opção.

Isto quer dizer que o objectivo prioritário do trabalho dos camaradas do Secundário é o de dar todos os passos necessários que conduzirão à definição do Programa de Luta do MES para este sector de ensino. Este objectivo requer portanto um grande esforço de análise e de elaboração partidárias, o que só poderá sair vitorioso desde que o interliguemos com o reforço organizativo e político das estruturas partidárias.

Deste modo, não podemos criar ilusões em torno da nossa capacidade de definir de um dia para o outro, um programa de trabalho que nos relance com vigor para a intervenção de massas.

É por isso que nesta III Conferência Nacional dos Estudantes do MES o debate irá ser desdobrado em 2 secções: médio e Superior por um lado e secundário por outro. A participação dos camaradas do Secundário estará portanto dirigida para colocar esta III Conferência como o ponto de partida dum intenso debate organizado que se prolongará até à IV Conferência, que se aponta para Dezembro deste ano.

Até lá são definidos vários passos intermédios de globalização e síntese do debate:

- 1- III Conferência Nacional- MAIO 78
- 2- Realização de Verão- AGOSTO 78
- 3- IE ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO- NOVEMBRO 78

Portanto pretendemos pela primeira vez e numa clara tentativa de reforço partidário no Secundário, criar condições para que o debate entre os camaradas se processe e desenvolva juntando especificamente para o efeito aqueles que mais de perto vivem a realidade neste sector de ensino.

Colocando portanto, a IV Conferência Nacional como uma realização decisiva para o trabalho futuro do MES nas escolas, significa dizer que de lá terá que sair o nosso programa de luta para as escolas já sem amputações, mas antes abrangendo de forma uniforme todos os graus de ensino, condição fundamental para garantir a reprodução de quadros e militantes estudantis capazes de assegurarem a direcção da intervenção dos revolucionários nesta importante frente de luta.

Portanto camaradas, os textos que a seguir vos apresentamos reúnem algumas questões que desde já importa aprofundar neste primeiro momento do debate a realizar. Estes documentos não têm portanto um carácter de teses, mas sim de contributos para o início do debate.

Deste modo a III Conferência terá basicamente os seguintes pontos:

- 1- Análise da política do MES: que medidas para o Secundário? Que aspectos vai assumir a "reforma"?
- 2- Análise da situação do estudante- o papel da família, da autoridade, da droga, da violência, ...- a intervenção ideológico-cultural;

3- Análise do M.E. e do M.A. no secundário-existe actualmente M.E. e M.A. no Secundário?

4- Análise do trabalho partidário e organização partidária:
- elementos para a superação das dificuldades actuais;
- desenvolvimento da direcção sobre o trabalho frentista.

Com esta esquematização pretende-se desde já preparar todas as estruturas partidárias para a apresentação de relatórios e intervenções-base escritas para que se possa se possa aprofundar o debate, cumprindo assim os pontos atrás definidos, conducentes à definição da nossa linha política para o Secundário.

Ⓐ SITUACÃO POLITICA ACTUAL

Como vem expresso na resolução aprovada em Congresso, estamos vivendo em Portugal uma situação de democracia burguesa limitada que vai prevalecer no nosso país sobre qualquer outro tipo de regime.

Para além disto, interessa saber na actual conjuntura dominada pelo Governo PS/CDS, qual o papel deste na resolução da crise económica que se agrava e como é que uma solução (possível) para a crise se reflecte nas instituições democráticas, nos aparelhos de defesa nacional e em última instância nas relações de produção.

Ou seja: Que Estado de direito teremos?

Que oposição ou apoio irá esse Governo ter?

Tentemos responder na medida do possível, a estas questões.

Todos assistimos dia-a-dia ao aumento desenfreado do custo de vida, ou seja à degradação das condições de vida das classes trabalhadoras, e por outro lado percebemos que a sua resposta a estas medidas está ainda muito longe de as pôr em causa e ainda mais longe de por em causa o Governo que as decreta devido (entre outras coisas) à política de conciliação com o Poder que o PCP tem vindo a realizar.

Por outro lado, podemos observar que este não é ainda o Governo de unidade do grande capital e dos latifundiários. Se não como se pode compreender as exigências constantes e a imposição de condições por parte da CAP e da CIP, como se pode compreender a existência de empresas em autogestão, como se pode compreender a existência daquilo que ainda é o baluarte do processo Revolucionário - a Reforma Agrária? Reforma Agrária?

O FMI impõe as condições aos seus empréstimos, o que significa que não existe ainda a unificação da burguesia em torno de um programa capaz de a incentivar e dinamizar como classe, que crie condições para ser ela a "ir de encontro" às condições do FMI (por ex. a política dos pacotes).

Se não se criarem condições para que o Movimento Popular avance decisivamente na sua unidade e luta e para que se vá construindo a par e passo uma cada vez mais sólida unidade dos revolucionários, esse programa concretizar-se-á numa fórmula de governo diferente do actual (mais à direita, claro) e será um governo autoritário e repressivo e que terá o discurso de salvar o país da miséria a que o votaram.

Este regime para além do apoio da alta burguesia capitalista e latifundiária, terá e isso é fundamental, o apoio das classes intermédias e de alguns sectores significativos do campesinato e do proletariado. Este facto explica-se pela evolução para a direita da ideologia das massas, devido a um certo temor da crise que os empurraria ainda mais para a miséria, o que lhes determina na consciência a necessidade de um governo forte que salve o País da ruína.

A fundamentar isto estão também algumas tendências que vemos a pouco e pouco delinear-se; a saber:

- a propaganda política de massa vai atingindo cada vez menos os seus receptores; a fraseologia libertada com o 25 de Abril vai perdendo o seu conteúdo e tornando-se oca pois está gasta na boca de gregos e tozianos.

- a alienação do real-concreto vai-se instalando nas pessoas. Assim, temos a televisão que através de programas como o Casarão e A Escrava Isaura tenta (e com êxito) jogar com os sentimentos das pessoas. Temos outro exemplo, que é a afluência ao futebol que vai alcançar, se não alcançou já, o antes do 25 de Abril.

- a informação tende também a separar-se do dia-a-dia do trabalhador e a aumentar a instabilidade pessoal. Assim vemos três tipos fundamentais de notícias:

1- As visitas e ou declarações do Presidente da República e de membros do governo e também e por vezes de altas instâncias militares e eclesiásticas;

2- A criminalidade e o terrorismo;

A política internacional;

As informações respeitantes ao trabalho vêm como que por acréscimo, e fundamentalmente aquando de greves, paralizações, etc...

Esta será possivelmente (com o risco de haver pessimismo) a tendência evolutiva da situação política a longo prazo, atravessada com certeza por alguns episódios da luta dos trabalhadores, da luta pelo Poder.

Isto na ausência de alterações estruturais da situação a nível internacional. Analisemos agora,

ⓑ A FAMÍLIA DA CLASSE MÉDIA E O ESTUDANTE

A família que iremos abordar é a que poderemos grosseiramente apelidar de família do viver remediado. Em termos de classe situa-se na pequena burguesia - funcionários públicos, pequenos comerciantes, pequenos produtores independentes, etc... - e em restritos sectores da média burguesia.

A ideologia deste tipo-família é a do dever em relação ao Estado e à Nação, e a perspectiva constante de subir na vida. É a ideologia da submissão em relação à autoridade e por outro lado de revolta latente contra ela.

É por fim a Família que se distingue das famílias proletárias pelo seu estilo de vida, pelos seus "altos" valores morais, tentando por este meio imitar os modelos de vida daqueles que são os seus patrões e dos quais eles dependem.

As tendências que referimos atrás são particularmente verdadeiras para este tipo de este tipo de família. Vejamos agora como se reflecte a tendência de evolução da situação política no seio dela.

Aquilo que irá determinar algumas transformações no seu seio, é:

- em primeiro lugar a crise económica que irá tornar mais duras as condições de vida;

- em segundo lugar a ideologia que irá sofrer um "desvio" para a direita (pelo processo atrás descrito).

Estes dois factores vão actuar no seguinte sentido:

- reforço da autoridade patriarcal, devido a uma maior dependência financeira de todos os membros da família em relação àquele que ganha e administra o dinheiro -

- o Pai. A par disto, um reforço da unidade da família através da cooperação no trabalho.

- O padrão de vida será mais acentuado (imposição dos pais será mais forte) pois ou os filhos aprendem melhor o "caminho para a vida" ou poderão proletarizar-se ou cair no desemprego (será dada maior importância ao estudo, encarando este como forma de ter uma confortável posição social - não esquecer que o acentuar da selecção e elitização está cada vez mais a apresentar o "canudo" como passaporte de qualificação para uma colocação profissional) - a debilidade financeira face aos hábitos de vida adquiridos, vai fazer com que sejam cortadas algumas verbas do orçamento familiar habitualmente destinadas ao jovem estudante, o qual terá com isso uma menor liberdade de movimentação, entendida esta como capacidade de fuga em relação aos pais ou como capacidade de diversão.

ⓒ A ESCOLA E O ESTUDANTE

Podemos dizer sem grande hipótese de erro que a partir de agora as transformações do aparelho secundário serão diminutas e não terão peso significativo na alteração do quotidiano estudantil.

De facto, a ofensiva do MEC no ano passado, para repor a passividade e o bom funcionamento das escolas, resultou, devido à inexistência do Movimento Estudantil organizado e por um Movimento Associativo excessivamente partidarizado e pouco participado. As movimentações (poucas) que se fizeram, foram ignoradas pelo MEC e não tiveram a capacidade de levar avante as suas reivindicações (luta contra os exames nacionais e de aptidão, etc...).

De um modo geral aquilo que caracteriza os laços do estudante com a escola é:

- Do ponto de vista dos seus órgãos institucionais

- A Comissão de Gestão, órgão com mais peso na escola, que a gere e que está directamente dependente do MEC. Embora participada por alunos (2) não exercem estes, na maioria dos casos, qualquer papel activo, mesmo de simples defesa dos "interesses" dos estudantes. Pelo contrário, andam a reboque dos professores e um pouco ao seu mandado, limitando-se a ser elos de transmissão das decisões da Comissão de Gestão para os estudantes.

- Conselho Pedagógico - com a participação de 5 alunos, para 25 professores, é uma estrutura cujo funcionamento é quase nulo e que não tem intervenção na escola. Podemos dizer que a grande vantagem prática da possibilidade de participação estudantil nestes órgãos é a de permitir uma certa movimentação - numa primeira fase para eleição dos delegados de turma e numa segunda fase o processo de candidatura - e por isso outro lado incentiva a criação de uma estrutura com potencialidades de contribuir para a dinamização associativa estudantil que é a Assembleia de Delegados de Turma (contemplada no Decreto).

- A nível do Movimento Associativo

Observamos essencialmente uma movimentação na altura da eleição para a Associação de Estudantes, movimentação essa que chega a atingir largas camadas dos estudantes, quer através de autocolantes e programas das listas, quer eventualmente com sessões de esclarecimento destas.

De qualquer modo, o processo passa e não existe capacidade da DAE (particularmente se for de direita, de dinamizar secções associativas, exceptuando talvez a desportiva que ao longo do ano vai fazendo algumas realizações.

Os grupos culturais que possam existir na escola têm duas características principais; a saber, um grande fecho sobre si - malta que já se conhece, que é de esquerda e que fica por discussões estereótipas entre si - e a dificuldade, de ordem financeira a maioria das vezes, mas também de pouca experiência e falta de prática em matéria de organização e de terem uma presença efectiva e regular na escola (se editam um jornal sai poucas vezes ao ano, se têm um grupo de teatro representam uma peça ao fim do ano, etc...).

O que leva a que poucos estudantes conheçam esse grupo cultural e os poucos que poucos que conhecem a terem uma posição algo negativa de dizer "eles fazem aí umas reuniõezitas e pouco mais".

Ⓛ A CONDIÇÃO DO ESTUDANTE

Partindo da situação concreta em que os estudantes se movem, verificamos que eles desenvolvem uma linguagem que lhe é própria, uma linguagem marginal que reflecte precisamente a sua condição marginalizada, oprimida:

Os rabiscos nas paredes dos corredores, carteiras, casas de banho, etc...

O humor subterrâneo nas aulas

As alcunhas, as partidas aos professores autoritários;

A cumplicidade nos pontos, na marcação de faltas;

A ousadia irreverente...

O estudante sente de maneira geral,

- a irracionalidade da aprendizagem de certas matérias e o seu carácter abstracto.

- a irracionalidade do sistema de avaliação (estudo para o ponto ou para o exame, pouco tempo depois não me lembro de nada...) e a sua injustiça.

- a mecanização rígida dos movimentos dentro da escola, dificultando as iniciativas colectivas, a solidariedade de grupo, o conhecimento e a amizade entre colegas...

- autoritarismo nas relações escolares (professor/aluno, principalmente, mas também a extrema limitação da capacidade de decisão estudantil dentro da escola e o controlo burocrático por parte dos Conselhos Directivos e do MEC) e a própria opressão que o sistema de estudo implica ("chantagem", individualismo, produção de complexos de culpa ou de inferioridade agravados pela família, etc.)

Este sentimento difuso de insatisfação (chatices = desinteresse; autoritarismo = revolta) é acompanhado de uma adaptação progressiva ao sistema; deste facto advem que os estudantes raramente assumem o significado do seu sentir, elementar e do seu pensar.

Por outro lado, a selecção (o choque entre as aspirações do estudante e a escola capitalista) produz uma tensão entre o estudante e a escola, imediatamente expressa nos anos de exame, numa tensão entre o estudante e o mercado de trabalho.

O estudante vive uma contradição que se estabelece entre a consciência (maior ou menor) que tem da sua situação objectiva na escola e na família, situação essa que ele repudia, por um lado, e a estrutura ideológica da sociedade, ou seja, os modelos de vida que este propõe que ele seja, por outro.

PROGRAMA DE LUTA

Estas BASES PARA UM PROGRAMA DE LUTA tenta um aprofundamento mais prático, com a finalidade de guiar a nossa intervenção quotidiana nos liceus, e superar as dificuldades que nos vão surgindo. Desde já salientamos que este texto deve ser alvo da nossa discussão e enriquecido com outros contributos, abarcando estes e outros pontos.

A situação dos estudantes no ensino secundário caracteriza-se por um profundo amorfismo. Isto deve-se ao facto de o MEC ter uma política ofensiva forte, centralizada e intransigente. Além disso, esta ofensiva intensamente articulada com os seus agentes em cada escola, sobretudo os Conselhos Directivos (C.D.) e as forças de direita organizadas.

Faça a esta situação os estudantes só tinham duas respostas possíveis:

1) Resistência generalizada e radical à política do MEC/MEC, o que a partida era e continua a ser difícil pois o MEC no secundário não tem uma memória de luta muito desenvolvida, nem estruturas associativas capazes de sustentar essa luta além da inexistência de uma direcção política para a luta.

2) aceitação passiva dessa política, foi o que veio a acontecer. Para o estudante resistir à quela corrente de "normalização" da escola corresponderia a ser marginalizado, o que punha em causa os seus desejos de promoção social.

A nossa intervenção tem de ter em conta o referido, pelo que deve articular três frentes simultâneas: político-ideológico-cultural.

Concretamente a nossa intervenção tem de ser feita a 4 níveis, todos eles interligados:

1. trabalho de base e de turma;
2. Conselho Directivo;
3. Assembleia de Delegados de turma;
4. Trabalho Cultural

1) O TRABALHO DE BASE E DE TURMA vai ser um dos mais importantes da nossa intervenção. É aqui que se encontram os estudantes e onde os seus problemas são compreendidos mais facilmente. Aqui a nossa intervenção deve ser intimamente ligada e apoiada pelos nossos colegas. Devemos, pois, considerar o estudo e o ter boas notas, factores importantes de ligação e prestígio junto aos estudantes, o que nos colocará numa situação favorável para a condução e direcção nos processos nas turmas.

Assim devemos fazer o seguintes:

- resistir a todas as prepotências dos professores, na perspectiva de luta para que as relações professor/aluno devam ser de colaboração e não de mandão/carneiro. Devemos, se tal for preciso, aprovar moções de protesto contra os métodos de este ou aquele professor (marcação unilateral de pontos, impedimento da liberdade de expressão, etc). Tudo isto se insere num processo mais global contra o autoritarismo.
- apoiar iniciativas de trabalho em grupo;
- tentar pôr as carteiras em círculo para não ficarmos de costas uns para os outros;
- repudiar o ensino palestra, pondo o maior número de questões para suscitar burburinho e discussão, tentando ir ao fundo dos problemas;
- apoiar e tomar iniciativa nas visitas de estudo, e do conhecimento da região do liceu.

Uma questão fundamental é a eleição dos delegados de turma (DT), para o que devemos fazer o máximo possível para serem eleitos estudantes de esquerda. Para isso temos de estar à frente de todos os processos, e quando for a eleição, apresentar apenas um candidato para não haver divisão de votos. Aqui devemos combater intransigentemente a perspectiva de transformar o DT em chefe de turma que limpa o quadro, mantém a sala limpa, abre as janelas, faz a chamada, etc.

O D.T. é sobretudo um representante dos estudantes que defende os seus interesses, incentiva a discussão sobre o que se passa no liceu e nas ADT's e vincula-se às decisões democráticas da turma.

2) CONSELHO DIRECTIVO. Suas características:

- a) gestão não paritária: 8 prof's, 2 estudantes, 2 empregados;
- b) eleição através dos delegados de turma (votação indirecta) dos representantes dos estudantes;
- c) divisão dos professores entre profissionalizados e eventuais;
- d) presidente de gestão tem voto de qualidade e a possibilidade de vetar as decisões tomadas no caso de serem contra a política do ministério.

A participação dos alunos no CD, segundo os moldes do MEC, é perfeitamente anti-democrática. Contudo nesta situação de impossibilidade momentânea de derrubar directamente a política do MEC, devemos participar nas eleições para o CD, aproveitando este espaço que nos é aberto, a dois níveis:

- 1) processo eleitoral onde podemos divulgar amplamente as nossas posições (obrigatoriedade de o DT votar na lista que a turma escolheu)
- 2) estar colocado no CD e sabermos tudo o que se vai passando na escola. Os alunos presentes no CD podem fazer comunicados à escola, denunciando as posições reacas de outro sector, e devem manter os estudantes informados sobre o que se passa, regularmente.

Devemos ser eleitos não na perspectiva de termos aceite o decreto de gestão, mas sim de irmos para o CD para combater esse mesmo decreto.

3) ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DE TURMA (ADT), vai ser sem dúvida o órgão mais importante, na prática, da soberania estudantil. Por isso devemos ter presentes neste órgão o maior número de delegados de esquerda para conseguirmos defender posições correctas e impôr um funcionamento democrático à assembleia.

Devemos defender, sem qualquer hesitação, que os DT's não podem votar sem ter havido discussão na sua turma. Assim o funcionamento normal da ADT deve ser:

- 1- uma Assembleia para discutir os problemas, depois de os levantar e para apresentação de propostas;
- 2- a discussão das diferentes propostas baixa a todas as turmas;
- 3- realização de uma nova Assembleia para votar.

Para isto é necessário também eleger um Executivo da ADT, que dinamize todos estes processos e tome iniciativas. Temos de impedir que a ADT morra ou que

SE SE
se separe dos estudantes. Por isso devemos lutar para que lea seja aberta a todos os habitantes da escola, excepto provocadores, tanto para participar como para observar.

Logo nas primeiras ADT's deve ser elaborado um estatuto da ASSEMBLEIA para evitar posteriores problemas.

4) TRABALHO CULTURAL

"Nada surge do nada, e que o novo nasce do velho e é por isso mesmo que é velho" (Brecht). Assim o trabalho cultural terá que partir, sobretudo, da subversão do quotidiano. Não devemos encarar o trabalho cultural numa perspectiva reformista mista de "democratização da cultura" (burguesa) e de crescimento do saber (mais saber), mas numa perspectiva que encare a cultura e o trabalho cultural como meio de transformação do real, do quotidiano.

E porquê o quotidiano? Porque é o campo onde a rotina, o tédio, a opressão e a frustração se fazem mais sentir e donde pode nascer uma recusa mais radical ao sistema que suporta tal quotidiano (alienante).

Principalmente no Secundário, o jovem atravessa uma fase importante em que é invadido por todo um sentimento anti-autoritário e anti-institucional, em si francamente positivo. A questão está em que na maioria dos casos, este tipo de sentimento anti-autoritário, anti-repressivo, é extremamente difuso, e incide sobre o opressor directo (família, professor, continuo, etc,) sem perceber o opressor indirecto que lhe está por de trás e em função do qual o opressor directo existe - a sociedade de classes.

É assim, que o papel dos revolucionários a este nível é o de precisamente o de encontrar a cada momento, para cada caso específico, a forma mais correcta de fazer perceber ao estudante em efervescência contestária espontânea, o carácter objectivo, social, da repressão que sobre ele se abate na família e na escola.

É da capacidade que os revolucionários tiverem de compreender a contradição fundamental que o estudante vive (e que já avançamos algumas considerações) e como foje à repressão sexual; É da capacidade que tivermos de perceber as duas "saídas" mais utilizadas pelo estudante para quebrar com as tensões que esta contradição provoca, saídas essas que são a violência (resposta activa) e a droga (resposta passiva) que nos permitirá um trabalho efectivo junto do estudante.

INICIAR O DEBATE

A luta pela transformação do MES numa organização comunista está profundamente ligada à vida do nosso Partido nestes últimos 3 anos. Essa luta travou-se num primeiro momento no terreno da definição dos princípios organizativos a adoptar para levar a cabo os objectivos políticos que o MES se propunha alcançar.

Essa luta traduziu-se num intenso debate interno que se alargou por vários meses e que acabou por consagrar a vitória daquelas posições que prozunham a organização em células como o pilar fundamental duma organização comunista e a adopção do centralismo democrático como o grande princípio a adoptar para o desenvolvimento da acção partidária. A esta concepção outra se contrapôs: a da negação do centralismo democrático e da organização celular, que propunha a organização por círculos de carácter local ou regional e onde não se contemplaria a organização de tipo vertical. Aqueles que a defendiam acabaram por abandonarem as fileiras do nosso Partido ou delas serem afastados.

O segundo momento da luta pela nossa transformação inicia-se imediatamente após a consagração daqueles princípios organizativos. Na realidade toda a organização teria que lutar por ganhar uma estrutura de partido, de facto, e lutar pela adopção, do topo à base, de correctos métodos de trabalho que consolidassem e aprofundassem os primeiros passos que estávamos dando para a concretização daquilo que que tinham sido aprovados. Muitos de nós vivemos esta experiência!

Assim como também vivemos uma outra: a do nosso 2º Congresso não ter tido a capacidade de definir uma linha política de massas capaz de dar conteúdo aos

esforços, que então fazíamos, de dotar o MES de uma capacidade organizativa nova para influenciar as lutas que se desenrolavam.

O terceiro momento de luta pela nossa transformação, é aquele que decorre nesta fase. O nosso III Congresso definiu por maioria a nossa linha política e reforçou os nossos princípios organizativos. A luta agora é a de por em prática os princípios que nos regem se não quisermos esvaziá-los de conteúdo!

Praticar a organização celular é pois um objectivo que está à nossa frente. Mas para a praticarmos, é necessário analisar os erros que já cometemos, se não quisermos trabalhar em abstracto e também de forma "decalcada".

Estas questões que aqui apresentamos resumidamente, são sem dúvida, aquelas que se põem a todo o Partido.

A organização partidária para o ensino secundário, tem sentido naturalmente e em várias fases sucessivas, a dificuldade de avançar é consolidar as experiências celulares cuja expressão mais evidente está na curta duração das células de escola e na ~~inexistência~~ existência duma "tradição" de intervenção por escola. Por outro lado, outro lado, as células que se formam, ao fim de muito pouco tempo, ganham a imagem de uma entidade burocrática, onde as reuniões ganham uma rotina desmesurada que origina a fadiga e a ausência de trabalho individual e colectivo dos camaradas, e consequentemente o desleixo em relação a outras tarefas partidárias.

A natureza deste problema reside no facto de não termos uma linha definida que possibilite e desenvolva a acção partidária. Na realidade, a ausência de objectivos objectivos de intervenção não tem sido total, tem tido pelo menos uma dimensão que provoca a provoca o atrofiamto da acção partidária de massas e a extinção na prática das células onde as raras reuniões passam a ser um mero ponto de encontro dos camaradas, esvaziado de qualquer conteúdo operacional e onde as questões organizativas se reduzem à tentativa de pagamento de quotas e de organizar a venda do "Poder Popular" e pagá-lo.

Organizar uma célula não é só conseguir fazê-la reunir regularmente e cumprir as O.T. e as tarefas comuns a todos os membros da organização. Organizar uma célula é isso e mais alguma coisa: o conteúdo e as formas de acção a desenvolver colectiva e individualmente.

Disto resulta que para uma célula existir na realidade e poder consolidar-se e alargar-se, é necessário:

- Haver os princípios e objectivos gerais de intervenção política global;
- A partir daí definir um plano de trabalho específico para intervir no local de acção da célula.
- ~~Dividir~~ Definir responsabilidades para concretizar esse plano de Trabalho;
- Fazer balanços e correcções necessárias regularmente na organização da célula;

Portanto, sem objectivos políticos não se organizam células. Sem células, não ganhamos imagem e força. Com células burocratizadas e sem existência real, não ganhamos confiança para trabalhar.

Para relançarmos o nosso trabalho, temos que perceber e assumir a situação de recuo que sofremos e definir portanto, objectivos que estejam ao nosso alcance e correspondam às dimensões da nossa força.

Discutir hoje a questão da organização partidária para o secundário é discutir o seguinte:

1- As transformações necessárias imediatas a adoptar para levar por diante e concretizar o debate que nos conduza à definição da linha de intervenção.

2- A realidade existente nas escolas, o quotidiano da grande maioria dos estudantes, para ganharmos maior capacidade para definir as transformações no nosso estilo de trabalho, capazes de dar resposta e superar o isolamento dos revolucionários nários neste grau de ensino.

NOTA IMPORTANTE: POR ERRO, O 1- E O ÚLTIMO ESTÃO TÍTULOS TROCADOS - ASSIM NA PÁGINA 1 DEVEVA ESTAR: "INICIAR O DEBATE" E NA PÁGINA 7 DEVEVA: "SOBRE A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA"

Mas esta discussão tem que ser acompanhada por uma imediata e radical transformação dos nossos métodos de trabalho, como condição fundamental para atingirmos o objectivo prioritário que nos está colocado: organizar e desenvolver o debate para a definição do programa de luta.

Isto quer dizer que a divisão de responsabilidades e a elaboração dos planos de trabalho nas células devem ser feitos de molde a dar resposta a aquele objectivo traçado. Dentro deste quadro e com as conclusões que saírem da Conferência, o trabalho partidário vai ser orientado para aprofundar a discussão, para sistematizar os pontos mais importantes. Para isso as reuniões das diferentes estruturas terão que dar grande peso à análise da escola, dos problemas dos estudantes, fazer o levantamento político e cultural da realidade da escola, assim como reflectir e corrigir o tipo de intervenção que se processa. Por exemplo: se a actividade fundamental dos militantes é um grupo de teatro é necessário pensar em acções que permitam retirar frutos, como o estabelecimento de contactos com outros grupos, com animadores teatrais, produção de textos colectivos, etc.

Este aprofundamento da discussão, se bem que necessário e urgente e se bem que fundamental para nos reforçarmos política e ideologicamente, não poderá contudo ser feito de forma académica e e na base de "consultas literárias", com o perigo de, num segundo momento, nos mostrarmos incapazes de levar à prática as conclusões que apontarmos. Por esta razão não poderão as células partidárias deixar de dar importância à organização da célula para desenvolver a acção partidária em que estão empenhadas. Para isso é necessário darmos a devida atenção às pontas de trabalho que possuímos (intervenção numa AE, na ADT, no jornal de liceu ou regional, grupos de teatro, etc.) articulando a acção que desenvolvemos com o aprofundamento do debate, o qual em determinados momentos deverá ser alargado a elementos que conosco trabalham e que não são membros da organização.

Todo este esforço que se vai ao nível regional e local terá que ser centralizado e divulgado, como condição importantíssima para o fornecimento de elementos necessários para uma verdadeira reflexão de carácter nacional sobre as problemáticas levantadas em cada região. Por isso o EpC terá que ser sem dúvida um espaço e um instrumento precioso, pelo que se torna necessário que retome a sua periodicidade mensal e que daqui até ao I Encontro Nacional do E.S. seja um organizador da discussão a prosseguir.